

Análise histórica sobre o desenvolvimento da Arquivologia na antiga União Soviética (1918-1985)

Historical analysis about the development of the Archival Science in the Former Soviet Union (1918-1985)

Roberto Lopes dos Santos Junior

Doutorando do Programa de pós-graduação em Ciência da Informação do IBICT/UFRJ.

E-mail: bobblopes@hotmail.com

Resumo

Estudo histórico identificando a evolução da Arquivologia na antiga União Soviética entre a revolução bolchevique de 1917 até meados dos anos 1980. Inicialmente, a pesquisa analisará o desenvolvimento e constituição da Arquivologia russa, da idade média até os últimos anos do czarismo no país. Posteriormente, será discutida a consolidação da Arquivística russa nas primeiras décadas da URSS, passando pelas primeiras legislações, congressos e cursos instituídos no país, além de um longo período de fechamento e repressão promovido pelo líder Josef Stalin entre os anos 1930 e 1940. Por fim será estudado o período de parcial reestruturação da Arquivologia no país entre as décadas de 1950 e 1980, analisando as iniciativas do governo comunista em tentar reorganizar e institucionalizar as práticas arquivísticas e os acervos documentais existentes na União Soviética, além da identificação de alguns problemas e impasses em que a Arquivologia soviética sofria nesse período.

Palavras-chave: Arquivologia na União Soviética. Arquivos soviéticos. Profissionais e institutos de pesquisa em arquivo na URSS.

Abstract

Historical study identifying the evolution of the Archival Science in the former Soviet Union, between the Bolshevik revolution in 1917 until 1985. Initially, the research will examine the development and establishment of the Archival Science in Russia, between the middle ages until the last years of the czarist regime. After that, it will be discussed the consolidation of the Russian Archives in the early decades of the USSR, analyzing the laws, congresses and courses established in the country in the 1920s, and the long period of closure and repression promoted by the leader Josef Stalin between the 1930s and 1940s. Finally it will be studied the period of the Archival restructuring in the country between the 1950s and 1980s, analyzing the initiatives of the Communist government to reorganize and institutionalize the Archival practices and documents collections in the USSR, and identifying the problems and dilemmas in which the Soviet Archival Science suffered in this period.

Keywords: Archival science in USSR. Soviet Archives. Archival science professionals and institutes in USSR.

1. Introdução

Uma realidade arquivística que, por décadas, inspirou curiosidade, especulação e questionamentos em âmbito internacional foi o pertencente à antiga União Soviética. Especialmente durante o período da Guerra fria (entre o final dos anos 1940 até a dissolução da URSS em 1991), quando os arquivos soviéticos, aparentemente “intransponíveis”, eram

fechados (ou abertos de forma muito parcial) a pesquisadores ocidentais¹, aumentou de forma considerável a aura de “inviolabilidade” desses acervos. A arquivística russa foi palco de discussões sobre como seria sua real estrutura e funcionamento, incluindo também análises sobre uma possível “distorção” de alguns acervos soviéticos em diferentes períodos da existência da União Soviética.

Esse panorama começaria a se modificar com a ascensão de Mikhail Gorbachev como secretário geral do partido comunista soviético, em 1985, e a consolidação das políticas da Perestroika e Glasnost, que, gradativamente, tiraram o véu de impenetrabilidade desses arquivos, permitindo um número cada vez mais crescente de visitas de arquivistas ocidentais aos arquivos soviéticos e a parcial abertura de alguns acervos ao grande público (GRIMSTEAD, 1991).

No início dos anos 1990, com o colapso do comunismo e a dissolução da URSS, os acervos russos passaram por diversas, e às vezes abruptas, mudanças estruturais, com novas legislações e organismos que ficaram responsáveis pelos arquivos da Rússia (BURDS, 2005). Essa nova realidade, que foi apresentada por alguns analistas como “revolução dos arquivos” ou a “corrida do ouro”, caracterizou-se por pesquisadores ocidentais poderem utilizar documentos de acervos até então indisponíveis, o que permitiu e beneficiou uma gama de publicações sobre diferentes aspectos relacionados à história da União Soviética, “revolução” essa reduzida durante o governo do presidente Vladimir Putin (2000-8).

Essa abordagem histórica inicial faz emergir algumas questões, importantes para um entendimento coerente sobre a Arquivologia russo/soviética: como os arquivos soviéticos foram constituídos? Qual a extensão do pretenso centralismo e rigidez desses acervos? Que características marcavam os arquivos da URSS?

O presente artigo- parte de uma pesquisa que pretende analisar a situação dos arquivos russos no período entre 1986 e 2000 - busca identificar e discutir o estado da arte da Arquivologia soviética entre a revolução bolchevique de 1917 até a chegada de Gorbachev ao poder em 1985, oferecendo o pano de fundo para a análise da situação arquivística do país após essa data.

¹ Entre algumas obras ocidentais, de considerável influência sobre o estudo da URSS e do comunismo, onde são apresentados a limitação de não obterem acesso a fontes primárias em arquivos soviéticos, citam-se Chamberlin(1935), Carr (1974), Pipes (1997), Deutscher (1984), Davies (1958), Nove (1969), Suny (1972), Fitzpatrick(1982), entre outros.

Inicialmente, a pesquisa analisará brevemente como se deu o desenvolvimento e constituição da Arquivologia russa, da idade média até os últimos anos do czarismo no país. Posteriormente, serão discutidos a consolidação da Arquivística russa nas primeiras décadas da URSS, passando pelas primeiras legislações, congressos e cursos instituídos no país, além de um longo período de fechamento e repressão promovido pelo líder Josef Stalin entre os anos 1930 e 1940. Por fim será estudado o período de parcial reestruturação da Arquivologia no país entre as décadas de 1950 e 1980, analisando as iniciativas do governo comunista em tentar reorganizar e institucionalizar as práticas arquivísticas e os acervos documentais existentes na União Soviética, além da identificação de alguns problemas e impasses em que a Arquivística soviética insistia em possuir nesse período.

A literatura utilizada será ligada a artigos e trabalhos de autores ocidentais, com destaque para a norte-americana Patricia Grimstead, talvez o mais profícuo nome relacionado aos estudos sobre a Arquivologia russa em nível internacional, e de autores russos que eventualmente apresentaram trabalhos, artigos e comunicações em periódicos internacionais e, principalmente, em congressos como, por exemplo, os realizados pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA).

2. Breve histórico da construção dos arquivos russos pré-URSS².

As origens das práticas de organização de arquivos na Rússia datam de meados do século XI, em mosteiros que guardavam e organizavam documentos relacionados a transações de terra ou de propriedades. Até meados do século XVII, seriam esses mosteiros os principais responsáveis pelo arquivamento de parte considerável dos documentos produzidos no país, sejam relacionados à organização, compra e manutenção de feudos ou ligados a assuntos de cunho religioso.

A partir de aproximadamente 1570, durante o reinado de Ivan IV, começaram a ser construídos e organizados grandes conjuntos documentais fora dos centros religiosos, com utilização política e jurídica desses documentos (com uma primeira jurisdição relacionados aos arquivos russos, produzida em 1649, baseado nos documentos de cunho jurídico produzidos no país) além da religiosa e administrativa.

² As informações dessa parte foram retiradas, com exceções citadas no decorrer do texto, de Plamper (2003, p. 59-62).

Em 1721, com a consolidação do Império Russo, o imperador Pedro, o grande, baseado em experiências realizadas na vizinha Suécia, instituiu os primeiros regulamentos que oficializavam os arquivos russos, boa parte centralizados na cidade de Moscou. Essa centralização parcialmente consolidou o surgimento de profissionais diretamente dedicados aos trabalhos em arquivos (na época mais identificados como escribas). Essa legislação também definiu um período mínimo inicial de 3 anos onde esses documentos administrativos teriam sua tramitação permitida, onde depois desse período, seriam ou guardados ou eliminados.

Durante o século XVIII, foram desenvolvidos outros conceitos, como o do “arquivo histórico”, quando o mesmo perdia seu vínculo administrativo, e consolidados os processos de proveniência e pertinência, onde a documentação era organizada a partir do local de origem, com critérios desenvolvidos por arquivistas e historiadores russos. Uma problemática advinda nesse período, e que continuaria durante boa parte do século XIX, é a da não diferenciação das pessoas que consultavam ou utilizavam esses acervos e dos próprios profissionais que trabalhavam nesses espaços, que tratavam o documento em sua unicidade, ignorando a origem, acervo ou local onde o mesmo foi produzido ou se encontrava.

A partir das décadas de 1820 e 1830, a partir de iniciativas de pesquisadores como G. A. Rosenkampf (1764-1832), e com a consolidação do Arquivo da chancelaria em assuntos externos, localizada em Moscou, a “Arquivologia” russa começava, gradativamente, a se consolidar epistemologicamente (parcialmente influenciada por iniciativas feitas nos arquivos franceses e alemães desde o fim do século XVIII), tentando também, nessa época sem sucesso, reunir e centralizar seus acervos (LEONTIEVA, 2002). Em 1845, era promulgada a lei instituindo o profissional arquivista no país, relacionado à organização, guarda e preservação dos arquivos produzidos na Rússia (LEONTIEVA, 2002).

Outro importante marco de consolidação aconteceria em 1864 com a reforma judicial no país, que, sob a firme participação do jurista e arquivista Nikolai Kalachov (1819-1883), identificou as principais características constituintes da “arquivística” russa (com a consolidação de métodos classificatórios e relacionados à pertinência como os principais na organização dos arquivos no país), construindo novas instalações para os acervos documentais russos, e atraindo novos profissionais (muitos ligados à história) para atuar nesses campos. A partir dos anos 1880, foi criada e desenvolvida a Comissão Científica de Arquivos Regionais, dirigidas por historiadores e administradores, nas cidades de Orel, Riazan, Tambov e Tver, em

que tentavam organizar e obter algum tipo de controle para o vasto volume de documentos acumulados em diversas regiões da Rússia.

Como em outros países europeus, os arquivos russos, adquirindo um crescente poder histórico, também ganhavam importante papel em pesquisas e consultas feitas por historiadores ou outros pesquisadores relacionados a temas políticos, econômicos e sociais, ou em levantamentos genealógicos, feitos principalmente por famílias nobres do país. Essa característica se mostraria particularmente forte nos anos 1870 e 1880, e continuaria consideravelmente frequente nas décadas seguintes.

Buscando algumas respostas e alternativas para o crescente acúmulo de documentos e das novas utilizações as quais esses acervos estavam sendo submetidos, pesquisadores como Dmitry Samokvasov (1843-1911), sucessor de Kalachov, e A. Voronov, em iniciativas, cursos ou publicações, buscavam discutir aspectos relacionados à classificação de documentos arquivísticos e a conceitos como princípio da proveniência e respeito aos fundos (LEONTIEVA, 2002). Ambos os autores, nos anos 1890 e 1900, tiveram a importância de consolidarem esses conceitos numa visão “ocidental”, tentando assim aperfeiçoar o funcionamento desses acervos. O principal objetivo dessas iniciativas, de evitar a análise ou consulta dos documentos apenas pelo “critério” da unicidade documental, mostrou-se bem sucedido (LEONTIEVA, 2002).

Contudo uma característica, presente desde o século XVIII e que continuaria até o fim do czarismo na Rússia era o caráter restritivo e de difícil acesso de muitos acervos documentais russos para parte considerável da população, onde até mesmo a autocracia russa por vezes tinha permissão limitada em utilizar os arquivos do país. Alguns acervos só eram manuseados e organizados por funcionários diretamente escolhidos pelo czar e, por vezes, somente ele tinha o acesso a determinados documentos. Conjuntos documentais, como os relacionados a Ivan IV e Pedro, o grande, mantiveram-se inacessíveis a pesquisadores ocidentais e russos vários anos após o fim da URSS (ANDREW; GORDIEVSKIJ, 1991; BURDS, 2005).

Nos últimos anos do czarismo, os conjuntos documentais do país começaram a sofrer problemas relacionados a uma parcial descentralização de seus acervos e certa confusão na organização e disponibilização de documentos, fatores esses advindos da instabilidade e declínio em que o regime enfrentava nesse período, mais especificamente durante o governo do último czar Nicolau II (1896-1917).

A grande questão, cada vez mais visível no decorrer dos primeiros anos do século 20, era que, apesar da existência de leis ou medidas relacionadas aos arquivos do país, era percebida a continuidade da falta de legislação ou medidas que não só buscavam centralizar os métodos arquivísticos e os conjuntos documentais do país- identificando as principais características e tipologias desses acervos - mas que também visualizassem as diferentes regiões existentes (e produtoras de algum tipo de documentação ou informação) no então vasto império russo (GRIMSTEAD, 1982).

Essas discrepâncias seriam visíveis durante o ano de 1917, com o país sofrendo um período de convulsões sociais advindas com o fim do czarismo e das duas revoluções ocorridas no país, em fevereiro e outubro desse ano, onde foram percebidos casos frequentes de vandalismo nos arquivos russos, com documentos extraviados e acervos invadidos e prejudicados, problemas que se estenderiam por várias outras regiões da então república russa. Seria nessa realidade confusa que os bolcheviques assumiram o poder na Rússia. Contudo, apesar desses problemas, ainda em 1917, encontros promovidos por profissionais de arquivo no país ajudaram a desenvolver legislações e conceitos para a Arquivologia russa que seriam utilizados pelo governo nos anos seguintes (LEONTIEVA, 2002; LAPIN, 2002).

3. Os arquivos russos nas primeiras décadas da URSS (1918-anos 1940)

3.1. Consolidação dos arquivos soviéticos

Contudo, apesar dos problemas, os bolcheviques, principalmente seu líder Vladimir Ilich Lenin, ainda em meados de 1918 buscariam soluções para algumas contendas que os acervos arquivísticos russos estavam passando.

Nesse ano, foi promulgada a lei considerada durante quase toda a existência da URSS como a principal legislação a regulamentar as práticas arquivísticas no país. Baseando-se em iniciativas feitas por arquivistas russos nos anos anteriores e de experiência dos próprios bolcheviques na organização de volumes documentais nos anos 1900 e 1910, foi constituída e assinada a "Declaração de direitos sobre a ciência dos arquivos" em primeiro de junho de 1918 (GRIMSTEAD, 1982).

Nessa lei, instituía-se o Fundo Unificado dos Arquivos do Estado (EGAF, durante a existência da União Soviética, mais conhecido como *Glavarkhiv*) que tinha como função

unificar e centralizar todos os documentos produzidos na Rússia (e, paralelamente, porém inicialmente de forma indireta, das outras repúblicas soviéticas). A lei também institucionalizou certa hierarquização desses acervos, onde seriam respeitadas as repúblicas soviéticas e suas respectivas regiões (em russo *oblast*), a partir da criação de um arquivo regional, subordinado ao arquivo central estatal (GRIMSTEAD, 1982).

Essa centralização inicialmente tinha um aparente caráter ideológico. Segundo os bolcheviques, diferente dos arquivos capitalistas, fragmentados e dispersos, os acervos comunistas seriam organizados, representando a força e coesão do regime (GRIMSTEAD, 1982; PLAMPER, 2003). Contudo, como em outros campos de pesquisa, o principal motivo era uma tentativa do governo comunista de obter relativo controle da informação produzida e armazenada no país, controle esse que aumentaria vertiginosamente a partir do final dos anos 1920. Como será visto no decorrer da pesquisa, apesar de realmente existir certo monopólio do partido em relação aos acervos arquivísticos soviéticos, o mesmo nunca conseguiu ser completo, gerando problemas que se mostraram de difícil resolução nas décadas seguintes.

Em relação à segunda questão, da regionalização dos arquivos soviéticos, buscou-se, durante quase toda década de 1920, a criação de arquivos estatais das diferentes repúblicas constituintes da URSS (com sua criação consolidada em dezembro de 1922) (GRIMSTEAD, 1982). As repúblicas soviéticas da Bielorrússia (1919), Uzbequistão (1919), Turcomenistão (1920), Rússia (1920), Cazaquistão (1921), Ucrânia (1922), Georgia (1922) e Armênia (1924), ganhariam versões regionais e locais de seus arquivos, sendo reorganizadas e subdivididas nos anos seguintes.

No caso específico da Rússia, apesar de sua criação “formal” ocorrer no início dos anos 1920, seu arquivo e acervo ficou diretamente ligado a URSS, dispersado no Arquivo Central Estatal da Revolução de Outubro (*TsGAOR SSSR*), no Arquivo Central Estatal da Economia Nacional (*TsGANKhSSSR*), no Arquivo Central Estatal de Arte e Literatura (*TsGALI SSSR*) e do Arquivo Central Estatal do Exército Soviético (*TsGASA SSSR*) (BURDS, 1996, p.3). Uma versão regional dos arquivos russos seria criada somente nos anos 1950.

Contudo, apesar de terem resolvido alguns problemas nos acervos documentais do país e dessas medidas (finalmente) organizarem a estrutura e funcionamento dos arquivos da URSS, as políticas de centralização e regionalização realizadas pelo governo soviético mostraram-se por vezes antagônicas, criando problemas como, por exemplo, de acervos regionais que ficavam no arquivo central da URSS e não nas repúblicas de origem e de trocas

problemáticas de informações e de documentos (quando havia a possibilidade de acesso aos mesmos) entre as repúblicas da União Soviética (GRIMSTEAD 1978; 1987).

Durante os anos 1920, as cidades de Moscou e São Petersburgo (após 1924 Leningrado) se consolidaram como os principais centros de criação teórica e em iniciativas práticas para a Arquivologia soviética. Seriam pesquisadores desses dois centros que apresentariam definições que consolidariam os conceitos de respeito aos fundos, princípio da proveniência e da pertinência, e de como os mesmos (pretensamente) deveriam ser utilizadas pelos arquivos russos, consagrados nos dois primeiros congressos russo-soviéticos de arquivos, realizados respectivamente em 1921 e 1925 (LEONTIEVA, 2002).

Em relação especificamente ao conceito de fundo de arquivo, pela concepção soviética, o mesmo foi apresentado como “Agência ou pessoa que agrega, cria e mantém materiais de arquivo no curso de suas funções” (LEONTIEVA, 2002, p.43). Essa definição seria a principal usada pela área no país até o início da década de 1980.

Em relação ao princípio da proveniência, duas classificações, que também seriam utilizadas pela Arquivística russa a partir dos anos 1930, foram apresentadas: a primeira relaciona-se a classificação dos materiais de arquivo em fundos e a segunda que discute como essa classificação é feita a partir da sistematização da ordem original desses fundos de arquivo (LEONTIEVA, 2002, p.43). Outras propostas como a do respeito da integridade dos fundos também foram adotados por alguns arquivos estatais soviéticos (LEONTIEVA, 2002, p.43).

Muitas dessas discussões apresentadas em congressos e publicações foram mediadas e aproveitadas pelo historiador e principal coordenador dos arquivos da URSS nos anos 1920, M.N. Pokrovskii (1868-1932), apesar do mesmo também apresentar políticas de classificação, organização e acesso de documentos arquivísticos progressivamente mais restritivas e fechadas (sinal das políticas que seriam seguidas no país após 1928) (GRIMSTEAD, 1982, p.437).

Outra questão que recebeu atenção do regime comunista nesse período era o número baixo de profissionais com formação superior trabalhando nos arquivos da URSS. No início dos anos 1930, somente 15% dos 2.300 profissionais que trabalhavam nos acervos arquivísticos do país tinham formação em algum curso superior e praticamente nenhum com especialização em Arquivologia (AFANASYEV, 1988, p.1).

Em 1931, era instituído o Instituto Estatal de História e Arquivos (subordinado a Faculdade Estatal de Moscou), que seria uma espécie de “órgão central” de formação de profissionais ligados a Arquivologia (e em menor medida de Documentação) na URSS entre os anos 1930 e 1980 (AFANASYEV, 1988, p.2). Esse organismo seria o principal a treinar e instruir profissionais nessas áreas não somente na União Soviética, mas, após 1945, também em outros países comunistas (Bulgária, Mongólia, Vietnã, Etiópia) e em países como Síria e Iraque (AFANASYEV, 1988, p.2-3).

A partir dessas iniciativas, na década de 1930, consolidava-se tanto a área relacionada à Arquivologia (архивный) como o profissional de arquivo (Arkhvnyi rabotnik) na URSS.

Durante a participação da URSS na segunda guerra mundial (entre 1941-5), boa parte do conjunto documental do país conseguiu ser transferido para regiões mais isoladas na Sibéria, Urais e em algumas partes da Ásia Central (especialmente no Cazaquistão) (PLAMPER, 2003).

Nem todos os arquivos soviéticos, contudo, conseguiram escapar a tempo da fulminante ofensiva militar alemã na URSS a partir de junho de 1941. Acervos como, por exemplo, da cidade de Smolensk, sofreram progressivas modificações, esvaziamentos e confiscos feitos por militares e profissionais nazistas entre 1941 até meados de 1944, quando as tropas soviéticas conseguiram libertar totalmente a cidade. Nesse caso em específico, o arquivo da cidade (e de outras que tiveram destino parecido durante o conflito) demoraria anos para conseguir identificar suas perdas e mudanças de organização feitas pelos alemães nesses acervos (GRIMSTEAD, 1995).

Segundo Grimstead (1991, p.76), os arquivos e bibliotecas de várias repúblicas da URSS receberam um considerável acervo de livros confiscados pelos alemães entre 1945-9, segundo a autora cerca de um milhão e quinhentos mil, sendo que apenas pequena parte dele seria devolvida para alguns locais de origem durante a existência da URSS.

3.2. Censura, fechamento e repressão: a Arquivística soviética durante o Stalinismo

O período entre 1928-53 para a Arquivologia soviética também foi marcado por uma realidade de repressão e controle sobre seus profissionais e acervos documentais.

Segundo Bone (1999), esse período inicia-se em 1927, quando, com forte participação dos órgãos de segurança do país, foi produzida a primeira grande listagem de documentos (com considerável ênfase nas correspondências) constituintes dos arquivos soviéticos, especialmente no partido comunista e órgãos relacionados, onde eram identificadas suas classes, tipos, mas principalmente, seu grau de sigilo e acesso (BONE, 1999).

Nessa listagem os arquivos soviéticos eram divididos em quatro grandes classes: assuntos de natureza militar, assuntos de natureza financeira e econômica, material de natureza política e material de natureza geral. Nessas classes, os arquivos eram subdivididos em seu grau de sigilo (super secretos, secretos e restritos) e, por fim, listados por tipo e assunto (a listagem completa pode ser encontrada em Bone, 1999, p. 69-75).

Dois expurgos atingiram o campo arquivístico do país nesse período. O primeiro, em escala limitada, em 1929, e outra, de grande alcance, a partir de 1935. Diversos historiadores, pesquisadores ou profissionais que trabalhavam nos arquivos estatais da URSS foram presos, perseguidos, sendo que alguns deles pereceriam em gulags³ na segunda metade dos anos 1930 e início dos anos 1940⁴ (PLAMPER, 2003; LEONTIEVA, 2002; GRIMSTEAD, 1995).

Em 1938, o MVD (posteriormente KGB) ficaria responsável pela produção, organização e guarda de quase toda produção documental realizada na URSS. Consolidava-se assim o longo domínio dos órgãos de segurança no controle e manutenção dos arquivos soviéticos, fechando (ainda mais) seus acervos para pesquisadores russos e ocidentais, monopólio esse que seria encerrado somente em 1961 (LAPIN, 2002, p.51; MITROKHIN, ANDREW, 1999).

Casos de manipulação e censura mostraram-se constantes durante o longo período em que Josef Stalin manteve-se no poder. Essas práticas foram mais sentidas no período entre 1928-9 (no primeiro grande expurgo comandado por Stalin), entre 1935-9 (no que foi chamado de “terror stalinista”) e em processos localizados entre 1948-53, quando registros eram sumariamente modificados ou desapareciam dos acervos (MITROKHIN, ANDREW, 1999; PLAMPER, 2001). Outro aspecto percebido nesse período era a constante e

³ Gulag, ou *Administração Geral dos Campos de Trabalho Correcional e Colônias*, foi um sistema de campos de trabalhos forçados para criminosos e presos políticos da União Soviética, que ficou em vigor entre aproximadamente 1919 e 1960. Informações específicas podem ser encontrados nos trabalhos de Applebaum (2004), Figes (2010) e no famoso livro *Arquipélago Gulag*, escrito por Alexander Soljenitsin, publicado originalmente em 1973.

⁴ Contudo, não foram localizados dados precisos ou até mesmo aproximados de quantos profissionais de arquivo soviéticos foram presos ou executados durante o stalinismo.

exponencial produção de documentos de cunho jurídico e policial e da perda ou, em casos extremos, do extravio de documentos de prisioneiros políticos (FIGES, 2010) .

A “arquivofobia” stalinista (PLAMPER, 2003; GRIMSTEAD, 1987), com profissionais censurados ou acervos com um alto grau de restrição (por vezes, conforme citado, sendo utilizados ou manipulados pelos órgãos de segurança do país) apesar de diminuir em intensidade após 1945, manteve-se consideravelmente alto nos últimos anos de Stalin no poder, influenciados pela política isolacionista da URSS nesses anos e o clima de hostilidade e competição advindo com a guerra fria (MITROKHIN, ANDREW, 1999).

O clima de fechamento pode ser resumido durante as comemorações dos 25 anos da promulgação da lei de centralização dos arquivos russos, em 1943, onde foi anunciado (parafrazeando declaração feita por M.N. Pokrovskii em 1921) “(...) o momento de serem colocados ‘cadeados’ em alguns arquivos. (...) as atenções agora devem ser focadas em documentos que tenham considerável importância para com o presente” (PLAMPER, 2003, p.66).

4. Reestruturação e reorganização (anos 1950-1985)

4.1. Reconstruindo e reconsolidando a Arquivologia na URSS: legislações, medidas e iniciativas.

Com a morte de Stalin, em 1953, os arquivos e a Arquivística na URSS sofreram um período de abertura (parcial e limitada) de seus acervos e da promulgação de novas leis e medidas reidentificando seu campo de atuação e estrutura.

Em agosto de 1957, foi criado o Arquivo Central Estatal da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (*TsGA RSFSR*). Essa medida buscou regulamentar e gerenciar de forma mais eficiente o material produzido pela república da Rússia, evitando confusões entre esse acervo com as das outras repúblicas soviéticas (LAPIN, 2002).

Em 1958, foi promulgado o “Regulamento relativo aos fundos de arquivos da URSS”, onde foram identificados o papel dos arquivos estatais soviéticos (tanto em nível das repúblicas quanto locais) na guarda e recuperação dos documentos correntes e/ou permanentes produzidos no país (LES ARCHIVES, 1980, p.131; KURANTOV, 1979, p.73).

Ambas as medidas, apesar de ainda manterem o caráter centralizador dos arquivos soviéticos, buscou diminuir alguns aspectos dessa característica na União Soviética, tentando pelo menos atenuar alguns problemas que ocorriam nesses acervos desde os anos 1930. Essas medidas também marcaram o início do fim do controle advindo dos órgãos de segurança (em especial a KGB) na Arquivística soviética, domínio esse encerrado no início dos anos 1960.

Outra postura estimulada pelo governo comunista e por organismos de arquivo do país foi a busca de uma maior “interação” com outros campos arquivísticos no Leste Europeu, entre os anos 1950-60, e com os países ocidentais, principalmente na participação de profissionais da URSS em eventos patrocinados pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) nos anos 1970-80. Contudo, apesar da parcial diminuição do isolamento do campo arquivístico russo, os resultados dessas iniciativas mostraram-se limitados⁵.

Também a partir da segunda metade da década de 1950 consolidaram-se periódicos que conseguiam abarcar as principais pesquisas produzidas pela Arquivística da União Soviética. Entre diferentes títulos cita-se o Boletim de administração de arquivos do ministério em assuntos internos da URSS (*Informatsionnyi biulleteri GAU MVD SSSR*), publicado entre 1956-8, substituído pelo Problemas dos Estudos de Arquivo (*Voprosy arkhivovedeniia*), em atividade entre 1959-65, e finalmente, pelo Arquivos Soviéticos (*Sovetskie arkhivy*), de periodicidade bimestral, que ficou em atividade entre 1966-91.

Em 1965, foi instituído o Instituto de Pesquisa e Estudos de Arquivos e Documentos (RIRSA), e, no ano seguinte, fundou-se o Instituto Federal de Pesquisa Científica Documental e Arquivística (VNIIDAD), ambos com o objetivo de coordenar, organizar e gerenciar as atividades teóricas e práticas dos arquivos estatais soviéticos, além de estimular a produção de material impresso (livros, manuais, etc...) e a realização de congressos e conferências ligadas a Arquivologia e, em menor medida, no campo em Documentação no país (LAPIN, 2002, p.49).

Nos anos 1960, destacam-se as leis “Medidas para a melhoria e aperfeiçoamento das atividades de arquivo na URSS” (1963) e “Medidas para o desenvolvimento das ciências sociais, realçando sua importância para o desenvolvimento da revolução de outubro” (1967),

⁵ Em relação ao leste europeu, a postura agressiva e autoritária da URSS sobre os acervos e os arquivistas desses países, além de confiscos, excessos, trocas desiguais de informação, e a imposição de práticas arquivísticas realizadas na União Soviética nesses países criaram um esfriamento entre a Arquivologia da URSS com o da Europa oriental. Essa situação só se modificaria durante os anos 1990, após o fim da União Soviética (GRIMSTEAD 1996; 1997).

que instituíram (ou consolidaram) um “esquema unificado de classificação” para os acervos documentais soviéticos (LAPIN, 2002, p.49).

Em 1975, foi publicado “Orientações com base na organização dos trabalhos científicos das instituições de arquivo”, considerado o primeiro a apresentar partes específicas relacionados aos documentos audiovisuais (fotografias, fitas k7 e VHS, etc.) (KURANTOV, 1979, p.75).

Projetos ou legislações que buscavam delimitar os arquivos e acervos documentais soviéticos prosseguiram nas décadas de 1970 e 1980: leis de “proteção a monumentos históricos e culturais” (1976), “Ordenação dos fundos dos arquivos nacionais da URSS” (1980) e “Ordenação para proteção e utilização dos monumentos históricos e culturais soviéticos” (1982) buscaram criar mecanismos de organização e de preservação de diferentes tipos de documentos existentes na URSS (VAGANOV, 1986, p.59).

Uma característica em comum a esses projetos era a discussão ou reavaliação em seu escopo dos conceitos de fundos e proveniência de arquivo, mesmo que não modificando ou antagonizando com definições feitas nos anos 1920 e 1930. Entre os anos 1970 e 1980, coube a V. N. Avtokratov (1922-1992), influente e participativo arquivista russo, a fazer as mais detalhadas e influentes análises sobre esses conceitos (LEONTIEVA, 2002).

Nos anos 1980, foram produzidas publicações que pretendiam ser uma espécie de “guias gerais” para a organização e manutenção dos arquivos soviéticos.

Em novembro de 1983, foi publicado o livro “Regras gerais de operação dos arquivos estatais da URSS”, onde foram delimitadas as principais classes de documentos a serem consideradas pelas instituições arquivísticas soviéticas em sua organização, guarda e possível consulta por pesquisadores e (ainda raramente) ao público em geral, a saber:

- 1- Planejamento e diretrizes organizacionais, materiais informativos e outros documentos principais da instituição geradora de determinado fundo.
- 2-Diretrizes de organismos superiores relativos diretamente as principais atividades das instituições geradoras dos fundos.
- 3- Documentos de instituições subordinadas.
- 4-Documentos que apresentem aspectos essenciais das atividades da Instituição, mas que seus originais não estão disponíveis na mesma.
- 5- Publicações sobre a instituição
- 6- Outros documentos que merecem ser catalogados ‘devido a seu valor e dificuldade de localização’ (USSR Archives Department, 1983 apud LAPIN, 2002, p. 53)

4.2. Problemas e excessos nos arquivos soviéticos –continuidade e reações.

Contudo, apesar de toda uma nova legislação existente e da consolidação profissional dos arquivistas advindas com o fim do stalinismo, alguns problemas, principalmente relacionados ao acesso dos acervos, continuavam nos arquivos soviéticos. Principalmente nos anos 1960 e 1970, a Arquivologia da URSS presenciou a continuação de outro antigo problema relacionado à centralização e regionalização de seus acervos. Apesar de relativamente menor se comparado aos anos 1930, tanto a centralização em demasia desses arquivos, por um lado, quanto à problemática regionalização dessa documentação, do outro, mantiveram-se, a despeito de leis e medidas, que, no fundo, mostravam-se ineficientes na prática (GRIMSTEAD, 1995).

E mesmo com as medidas buscando maior liberalização e desburocratização dos arquivos, a relação entre esses acervos com os pesquisadores e a própria sociedade soviética continuava baixo. Lapin (2002, p. 53) indica que no período entre 1966-70, apenas 14 % do acervo arquivístico soviético foi consultado ou teve algum tipo de utilização. Segundo o autor, baseado em guias gerais ligados a Arquivologia e Biblioteconomia soviética, em 1956 e 1976, parte considerável das consultas, ou da prioridade em que certos acervos eram relegados, eram dados a líderes do partido comunista soviético (especialmente Lenin) (LAPIN, 2002, p.54-6).

Pesquisadores ocidentais mostraram, em vários momentos, desgosto sobre como tinham acesso aos acervos soviéticos ou informações sobre sua estrutura⁶.

Grimstead (1969;1971;1973) apresentou os principais problemas sofridos pelos arquivos da URSS, em consequência de uma política (ainda) excessivamente centralista e restritiva entre os anos 1960 e início da década de 1970.

Entre diferentes limitações identificadas pela autora, alguns se relacionam à má organização de alguns acervos, sendo registrados diversos casos de perdas e extravios de documentos em consequência de vandalismo, mau preparo dos profissionais responsáveis pelo acervo, e desastres (incêndios, enchentes, etc.).

⁶ Exemplos podem ser encontrados em Epstein (1957), Armstrong (1957), Langley (1966) e Grimstead (1969). Uma análise detalhada sobre as potencialidades e limitações dos arquivos soviéticos e sua estrutura são visualizados em Charpy e Duchein (1976), em visita dos autores para os arquivos centrais de Moscou (Rússia), Kiev (Ucrânia) e Tbilisi (Geórgia), em junho de 1976.

A autora também registrou problemas relacionados ao espaço físico desses arquivos, gigantescos e com necessidade de intermitente expansão devido às políticas unificadoras do partido comunista. Por fim a pesquisadora indica também problemas de classificação, codificação e avaliação de conjuntos documentais excessivamente volumosos, sendo que por vezes os critérios que os arquivistas soviéticos realizavam essas atividades, apesar da legislação existente sobre, acabavam por serem realizados de forma arbitrária por esses profissionais.

Apesar de (continuarem) sendo pouco ouvidos durante as décadas de 1960 a 1980, os profissionais de arquivos do país mostravam certo desagrado com a situação com que os mesmos sofriam nesse período. Muitas das críticas ecoavam não somente pelas condições desfavoráveis de trabalho e de lidarem com uma massa confusa de documentos advinda dessa excessiva política centralizadora (e da confusa e incompleta prática de regionalização desses acervos pelo país), mas também da forma arbitrária em que os conceitos de proveniência, fundo e pertinência eram apresentados e utilizados nesses arquivos, criando distorções e problemas, que muitas vezes não eram solucionados (BURDS 1996; 2005).

Essas limitações também estavam sendo sentidas em diferentes repúblicas do império soviético. Grimstead (1978), por exemplo, apresentou problemas semelhantes relacionados aos acervos da Letônia, Lituânia e Estônia, em visita da autora a esses países entre 1976-7 e nos arquivos Ucrânicos nos anos 1980- baseado em viagem da autora ao país em 1984 (GRIMSTEAD, 1987).

Parte da sociedade soviética, mais especificamente na república da Rússia, buscou meios de contornar esse canal fechado e excessivamente burocrático relacionado à informação no país.

Uma delas, coordenados pelos chamados “dissidentes” (intelectuais ou membros do partido comunista que se opuseram de forma aberta ao regime), baseou-se na busca e tentativa de se recriar ou contar certos aspectos da história soviética, especialmente relacionados à repressão ocorrida no período stalinista, baseando-se em depoimentos de sobreviventes ou personagens que participaram desses acontecimentos. A partir desse material, toda uma produção underground chamada de *Samizdat* (livros não autorizados) e *Magnitizdat* (relacionado a material produzido e distribuído em fitas k7) floresceu entre a segunda metade dos anos 1970 e a primeira metade dos 1980. Apesar dessa documentação e depoimentos não

necessariamente constituírem um “arquivo”, serviram de base para essas publicações (SERVICE, 2009, p.413-6; BROWN, 2011, p.405-10).

Contudo, por diferentes fatores, os resultados desse material produzido foram limitados, atingindo apenas um público restrito que tinha acesso a esses trabalhos. Entre esses fatores, citam-se algumas inconsistências nesses pretensos registros informacionais obtidos pelos dissidentes (ou indiretamente em acervos soviéticos)⁷, que seriam evidenciados após o colapso da URSS; incoerências políticas apresentadas por alguns desses dissidentes e, por fim, algumas publicações que apresentam um caráter excessivamente nacionalista, xenofóbico ou preconceituoso (BROWN, 2011, p.405-10).

A segunda opção veio de instituições científicas e acadêmicas que, tendo acesso a um leque maior de informações, buscaram, de forma limitada, democratizar e desburocratizar o fluxo informacional existente no país, como por exemplo, o Departamento do Comitê Central dos Países Socialistas (INEMO), o Departamento de Comunismo Científico e o Instituto de Coleta de Informação das Ciências Sociais (INION). Como muitos cientistas e profissionais desses organismos tinham privilégios de obterem material ocidental, ou até mesmo permissão de viagens para esses países, podiam armazenar ou produzir informações que fugissem do escopo ditado pelo partido comunista (BROWN, 2011, p.413-5). O impacto dessas pesquisas e do material armazenado ou publicado também foi limitado, se restringindo a uma parcela da classe intelectual e política do país. Contudo, muitos desses pesquisadores e algumas pesquisas teriam importante papel na segunda metade dos anos 1980, com Mikhail Gorbachev no poder- servindo de base para algumas iniciativas e políticas ligadas a Glasnost e Perestroica (BROWN, 2011, p.413-5)-.

Uma terceira fonte veio de funcionários que trabalhavam em agências de informação e inteligência, aos quais, descontentes com a realidade existente na URSS, copiaram informações e documentos desses organismos e criaram suas próprias coleções de documentos, que após 1991 foram extensamente publicados pela imprensa ocidental.

Desse aspecto, apesar de alguns nomes em isolamento serem localizados, o principal, e que obteve maior notoriedade, foi o arquivista Vasili Mitrokhin (1922-2004). Mitrokhin, diretor e coordenador dos arquivos da KGB entre 1972 e 1985, copiou e guardou em um

⁷ Alguns problemas encontrados nesse tipo de acervo e documentação, especificamente por limitações que esse material apresenta (codificações, linguagem pouco compreensível ou lacunas) foram apresentados por Figes (2010, Introdução).

acervo particular grande quantidade de material confidencial e super-secreto produzido pela KGB nesse período. Parte considerável desse material seria publicado, em conjunto com o jornalista e historiador inglês Christopher Andrew, no livro *The Mitrokhin Archives*, em dois volumes, o primeiro publicado em 1999 e o segundo em 2005. Mas essas iniciativas, durante a existência da União Soviética, também obtiveram pouco impacto, devido a esses “acervos” não terem sido disponibilizados ou divulgados ao grande público antes de 1991, e, como no caso dos dissidentes, da postura ambígua apresentada por Mitrokhin⁸ (e outros) com o regime comunista.

5. Considerações finais

Em meados dos anos 1980, o campo arquivístico soviético atingia proporções gigantescas, com um enorme acervo documental disponível tanto na república da Rússia como em outras regiões da URSS. Apesar de alguns reveses, percebeu-se continuidade das medidas propostas pelo governo bolchevique no final dos anos 1910 que conseguiram parcialmente resolver algumas questões que ficaram pendentes durante o czarismo.

Todas as séries de iniciativas propostas durante décadas do regime comunista consolidaram tanto a disciplina Arquivologia (além de conceitos como de fundos ou proveniência), o profissional de arquivo no país, como a constituição e funcionamento dos arquivos soviéticos. Contudo, dois aspectos, citados durante boa parte da pesquisa, que o comunismo conseguiu dar a devida atenção, se tornaram não somente os aspectos principais dos acervos soviéticos, como muitas vezes evidenciavam seu lado mais problemático, referente à centralização e regionalização dos acervos documentais no país.

Apesar de o regime comunista buscar, em alguns momentos, diminuir ou atenuar esse centralismo, não entrou em cogitação que o mesmo tivesse uma profunda reavaliação ou até mesmo que sua intensidade fosse realmente diminuída. A regionalização também foi feita de forma incompleta, confusa e ineficiente por grande parte da existência da URSS. Além do

⁸ Como no caso dos dissidentes, Mitrokhin não pretendia o fim do sistema comunista e sim sua transformação, sendo que o mesmo mostraria certo ressentimento pelo caminho seguido pela Rússia pós-comunista na década de 1990, se exilando com seu acervo para a Lituânia e posteriormente na Inglaterra. Algumas informações sobre a biografia de Mitrokhin, de como o mesmo construiu sua coleção e de que forma esse material foi selecionado para posterior publicação encontram-se na introdução dos dois volumes do *The Mitrokhin Archives* (MITROKHIN, ANDREW, 1999; 2005).

próprio sistema comunista, em algum momento, o campo arquivístico soviético teria que rever suas políticas.

Porém, mal sabiam os pesquisadores, arquivistas e a própria disciplina arquivística soviética que os ventos de mudança estavam para ocorrer a partir de 1985 e que continuariam nos anos seguintes. A Arquivologia russa não somente teria que se adaptar as políticas da Perestróica e Glasnost durante a segunda metade dos anos 1980, mas de toda uma reorganização política, econômica, e social advinda com o fim da URSS e do regime comunista no país por toda a década seguinte. E será a análise sobre esse período conturbado o foco de futuras pesquisas ligadas a Arquivologia russa.

Referências

- AFANASYEV, Y. N. Professional training archivists in the USSR. **Archivum**, v.34, p.1-11, 1988.
- ANDREW, C.; GORDIEVSKII, A. **La storia segreta del KGB**. Milão: Rizzoli, 1991.
- APPLEBAUM, A. **Gulag**: uma história dos campos de prisioneiros soviéticos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- ARMSTRONG, J. A. Clues to the soviet political archives. **Russian Review**, v. 16, n. 2, p. 47-52, 1957.
- BONE, J. Soviet controls on the circulation of information. **Cahiers du Monde Russe**, v. 40, n. 1-2, p. 65-90, 1999.
- BROWN, A. **The rise and fall of communism**. New York: Ecco Books, 2011.
- BURDS, J. Ethnicity, memory, and violence: reflections on special problems in soviet & east european archives. In: BLOUIN JR.; ROSENBERG, W. G. **Archives, documentation, and the institutions of social memory**: essays from the sawyer seminar, 2000-2001. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.
- BURDS, J. **The Russian state archive**: a researcher's guide. University of Pittsburgh, 1996. (The Russian archive series, v. 4)
- CARR, E. H. **La revolución bolchevique (1917-1923)**. Madri: Alianza Editorial, 1974.
- CHAMBERLIN, W. H. **The russian revolution 1917-1921**. New York: Princeton University Press, 1935.
- CHARPY, J.; DUCHEIN, M. Impressions d'un voyage archivistique en URSS. **La Gazette des Archives**, 2º trimestre, p. 89-103, 1976.

DAVIES, R. W. **The Development of the soviet budgetary system.** Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

DEUTSCHER, I. **Trotski: o profeta armado.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

EPSTEIN, F. T. Archives Administration in the Soviet Union. **American Archivist**, v. 20, n. 2, p. 131-45, 1957.

FIGES, O. **Sussurros: a vida privada na Rússia de Stalin.** Rio de Janeiro: Record, 2010.

FITZPATRICK, S. **The russian revolution.** New York: Oxford University Press, 1982.

GRIMSTEAD, P. K. Displaced archives and restitution problems on the eastern front from world war ii and its aftermath. **Contemporary European History**, v. 6, n.1, p. 27–74, 1997.

_____. Displaced archives and restitution problems on the eastern front from world war ii and its aftermath, **Janus: Revue Archivistique/ Archival Review**, n. 2, p. 44–76, 1996.

_____. **The odyssey of the "Smolensk archive": plundered communist records for the service of anti-communism.** Pittsburgh: University of Pittsburgh, 1995. 132 p. (Carl Beck Occasional Papers in Russian and East European Studies, n. 1201)

_____. Perestroika in the archives? further efforts at soviet archival reform. **American Archivist**, v. 54, n. 1, p. 70–95, 1991.

_____. The archival legacy of soviet Ukraine: problems of tracing the documentary records of a divided nation. **Cahiers du Monde Russe et Soviétique**, v. 28, n. 1, p. 95–108, 1987.

_____. Lenin's archival decree of 1918: the Bolshevik legacy for soviet archival theory and practice, **American Archivist**, v. 45, n. 4, p. 429–43, 1982.

_____. Soviet archival organization and the national documentary legacy in Estonia, Latvia, and Lithuania. **Journal of Baltic Studies**, v. 9, n. 3, p. 195–202, 1978.

_____. Regional archival development in the USSR: soviet standards and national documentary legacies. **American Archivist**, v. 36, p. 43–66, 1973.

_____. Archives in the Soviet Union: their organization and the problem of access, **American Archivist**, v. 35, p. 27–41, 1971.

_____. State regional archives in the USSR: some notes and a bibliography of published guides, **Slavic Review**, v. 28, p. 92–115, 1969.

KURANTOV, A. P. Progrès dans la science administrative des archives. **Archivum**, v. 26, p. 73-83, 1979.

LANGLEY, H. D. Hunt for american archives in the Soviet Union. **American Archivist**, v. 29, n. 2, p. 265-75, 1966.

LAPIN, V. Hesitations at the door to an archive's catalog. **Comma**, v. 3-4, p. 49-60, 2002.

LEONTIEVA, O. Two aspects of the russian archival system. **Comma**, v. 3-4, p. 41-8. 2002.

LES ARCHIVES des syndicats et l'histoire du mouvement ouvrier en U.R.S.S. **Archivum**, v. 27, p.130-5, 1980.

MITROKHIN, V.; ANDREW, C. **The world was going our way: the KGB and the battle for the third world**. New York: Basic Books, 2005.

_____. **The sword and the shield: the mitrokhin archive and the secret history of the KGB**, New York: Basic Books, 1999.

NOVE, A. **Economic history of the USSR**. Londres: Penguin books, 1969.

PLAMPER, J. Archival revolution or illusion? historicizing the russian archives and our work in them. **Jahrbücher für Geschichte Osteuropas**, v. 51, n. 1, p. 57-69, 2003.

_____. Abolishing ambiguity: soviet censorship practices in the 1930s. **Russian Review**, v. 60, n. 4, p. 526-544, 2001.

PIPES, R. **The formation of the Soviet Union**. 3. ed. Londres: Harvard University Press, 1997.

SERVICE, R. **The penguin history of modern Russia: from tsarism to the twenty-first century**. 3. ed. Londres: Penguin Books, 2009.

SOLJENÍTSIN, A. **Arquipélago de Gulag**. Livraria Bertrand, 1975

SUNY, R. G. **The baku commune, 1917-1918: class and nationality in the russian revolution**. New York: Princeton University Press, 1972.

VAGANOV, F. M. Le role croissant des archives d'état dans le monde contemporain. **Archivum**, v. 32, p.58-67, 1986.

Artigo submetido em: 22 jul. 2012

Artigo aceito em: 05 out. 2012